

NOTA INFORMATIVA

Forma da iniciativa:	Projeto de Revisão Constitucional
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	7/XV/1.^a
Proponente/s:	Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD)
Título:	Um projeto de revisão constitucional realista, reformista e diferenciador - 40 propostas nos 40 anos da revisão constitucional de 1982
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	<p>No que respeita ao dever de audição, o Prof. Jorge Miranda¹ considera “<i>duvidoso que se aplique aos atos de revisão constitucional</i>”. Acrescenta que “<i>para existir uma audição constitucionalmente imposta, ela teria de estar expressamente prevista na Constituição em sede de revisão constitucional</i>”.</p> <p>Contudo, considerando as alterações introduzidas pelo presente projeto de revisão constitucional, nomeadamente, ao Título VII, relativo às regiões autónomas, parece justificar-se a audição.</p> <p>Acresce que esta audição foi promovida no âmbito dos projetos de revisão constitucional apresentados na XI Legislatura, embora não o tenha sido nos projetos de revisão apresentados desde então.</p>
<p>A apresentação de projetos de revisão constitucional é um poder dos Deputados, consagrado na alínea a) do artigo 156.º e no n.º 1 do artigo 285.º da Constituição da República Portuguesa (Constituição), e no n.º 1 do artigo 118.º do Regimento da Assembleia da República (Regimento), estando este projeto de revisão constitucional em conformidade com estas disposições.</p> <p>Respeita igualmente o n.º 1 do artigo 284.º da Constituição, que estabelece que a Assembleia da República pode rever a Constituição «decorridos cinco anos sobre a data da última lei de revisão ordinária». De facto, a última revisão ordinária da Constituição ocorreu com a publicação da Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho, tendo a Assembleia retomado os seus poderes de revisão ordinária cinco anos depois.</p> <p>O projeto de revisão constitucional altera o artigo 27.º da Constituição aumentando o elenco de situações em que é possível a privação de liberdade, isto é, alargando as exceções ao princípio do</p>	

¹ MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III, Coimbra Editora, 2006, anotações aos artigos 229.º e 285.º.

direito à liberdade como direito fundamental. Altera ainda o artigo 34.º, estabelecendo restrições ao direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência.

Por outro lado, de acordo com o artigo 288.º da Constituição, relativo aos limites materiais da revisão, as leis de revisão terão de respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O presente projeto de revisão constitucional **deu entrada no dia 11 de novembro**, mostrando-se observado o disposto no n.º 2 do artigo 285.º da Constituição e no n.º 2 do artigo 118.º do Regimento, nos termos do qual «Apresentado um projeto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de trinta dias.» De facto, o [Projeto de Revisão Constitucional n.º 1/XV/1.ª \(CH\)](#) - Uma Constituição para o futuro de Portugal, foi admitido no dia 12 de outubro.

Cumpra ainda assinalar que, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º do Regimento, findo o referido prazo de 30 dias é **constituída uma Comissão Eventual de Revisão Constitucional**.

Data: 15 de novembro de 2022

A Assessora Parlamentar
Maria Nunes de Carvalho
(Ext. 11600)